

Novas imposições fiscais ameaçam agricultura familiar

Link:

Show Author Info?:

Show Author Info?

Author(s):

Maria do Carmo Bica ^[1]

Ao mesmo tempo que a ONU consagra 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar, com o objetivo de reconhecer a crescente importância da agricultura familiar territorial na alimentação das populações, na preservação da biodiversidade, da paisagem, dos recursos naturais e no desenvolvimento local, o Governo insiste em levar por diante políticas de destruição da pequena agricultura.

A última medida, e talvez uma das mais graves e com maiores impactos no abandono da produção agrícola e pecuária, é o novo regime fiscal da atividade agrícola. De acordo com este regime, cuja execução o Governo adiou face às diversas lutas dos agricultores/as, nomeadamente através da Confederação Nacional de Agricultura ? CNA ^[2] e da Petição entregue na Assembleia da República ^[3] subscrita por milhares de pessoas a exigir a anulação das novas exigências fiscais, todos os agricultores/as, independentemente das quantidades produzidas para o mercado e das ajudas diretas que recebem ou não da PAC, passam a ser obrigados a declarar a atividade nas Finanças e a pagar IVA.

Para além dos custos e da burocracia inerentes à faturação, para vender, por vezes, algumas hortofrutícolas ou meia dúzia de ovos e um vitelo por ano, terão ainda que fazer descontos para a Segurança Social, manifestamente desproporcionados e inoportunos pelos parcos rendimentos obtidos por este tipo de micro explorações agrícolas familiares.

Ora, este regime fiscal está a levar muitos agricultores ao abandono das suas explorações por não terem capacidade económica para fazer face às novas exigências. O fim da agricultura familiar significa menos rendimento para muitas famílias de poucos recursos, menor oferta local de produtos alimentares e mais importações. Já está a significar abandono do território, despovoamento, agravamento dos desequilíbrios ambientais e socioeconómicos, com consequências diretas e imediatas no aumento dos incêndios florestais e das áreas ardidas, com todos os prejuízos inerentes.

O adiamento da aplicação do novo regime fiscal para 30 de abril é já resultado da luta dos agricultores/as e dos/as consumidores/as. Contudo, adiar apenas o problema não é solução. O Governo deve anular esta medida, repor a isenção de obrigação de faturação para a micro atividade agrícola (ao abrigo do art.º 53.º do CIVA) e a criação de um novo regime de contribuição para a Segurança Social que permita efetuar descontos em função dos rendimentos e isentar quem não atinja montante correspondente ao salário mínimo nacional.

A defesa da agricultura familiar tem uma relevante importância económica, social, ambiental e territorial e não se compadece com uma visão mesquinha, sem horizonte, que se resume a ir buscar mais uns tostões a uma atividade de muito trabalho e pouco rendimento.

Sumário da Home:

O novo regime fiscal, que impõe que todos os agricultores/as passem a ser obrigados a declarar a atividade nas Finanças e a pagar IVA, está a levar muitos agricultores ao abandono das suas explorações.

Lead:

O novo regime fiscal, que impõe que todos os agricultores/as passem a ser obrigados a declarar a atividade nas Finanças e a pagar IVA, está a levar muitos agricultores ao abandono das suas explorações.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opiniao/novas-imposi%C3%A7%C3%B5es-fiscais-amea%C3%A7am-agricultura-familiar/31323?page=0>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/autor/maria-do-carmo-bica>

[2] http://www.cna.pt/arquivo/documentos/dp_anulacaoobrfiscais_jan2014.pdf

[3] https://secure.avaaz.org/po/petition/Assembleia_da_Republica_Portuguesa_Exigimos_a_isencao_da_facturacao_pa